

**LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 065/19-01**

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

**INTERESSADO: Mercês Indústria e Comércio de Pedras Ltda.**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Estrada Torquato Tapajós, nº 925, km 05, Tarumã, Manaus-Am.

**CNPJ/CPF:** 15.797.863/0001-09

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 04.184.040-2

**FONE:** (92) 3651-3103

**FAX:**

**REGISTRO NO IPAAM:** 1017.0120

**PROCESSO Nº:** 0161.2019

**ATIVIDADE:** Lavra a céu aberto com desmonte por explosivo e britamento de pedras.

**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** BR 174, km 152, Gleba 03, Lotes 169, 171 e 171 A, Zona Rural, Presidente Figueiredo - AM.

**Coordenadas Geográficas:** área lavra 1- nas coordenadas geográficas: P1:01°41'38,00"S e 60°10'08,40"W; P2:01°41'40,49"S e 60°10'07,61"W; P3:01°41'41,97"S e 60°10'07,15"W; P4:01°41'42,29"S e 60°10'07,15"W; P5:01°41'42,29"S e 60°10'10,38"W; P6:01°41'38,00"S e 60°10'10,38"W, conforme processo ANM Nº 880.272/2008.

**Área lavra 2** - nas coordenadas geográficas: M21:01°41'37,12"S e 60°10'11,19"W; M22:01°41'44,93"S e 60°10'11,19"W; M23:01°41'44,93"S e 60°10'14,98"W; M24:01°41'37,12"S e 60°10'14,98"W, inseridas no processo ANM Nº 880.081/2014 e área de britagem nas coordenadas geográficas: P1:01°41'35,30"S e 60°09'59,19"W; P2:01°41'36,80"S e 60°10'00,54"W; P3:01°41'37,74"S e 60°10'01,65"W; P4:01°41'37,18"S e 60°10'02,11"W; P5:01°41'35,68"S e 60°10'03,72"W; P6:01°41'34,04"S e 60°10'03,72"W; P7:01°41'32,21"S e 60°10'00,64"W; P8:01°41'33,84"S e 60°09'58,82"W

**FINALIDADE:** Autorizar a extração de granito pelo método de lavra a céu aberto com desmonte por explosivo e com beneficiamento, em uma área de 3,9009ha.

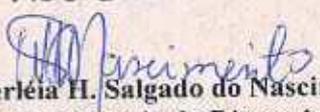
**POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR:** Grande **PORTE:** Médio

**PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA:** 02 ANOS

**Atenção:**

- **Esta licença só terá validade após expedição do título de lavra do ANM**
- Esta licença é composta de 14 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus, 04 AGO 2020

  
Wanderléia H. Salgado do Nascimento  
Assessora, no exercício da Diretoria Técnica

  
Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente

## RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 065/19-01

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 0161.2019**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Segregar, acondicionar, armazenar, transportar e dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos oriundos da atividade de acordo com a Lei 12.305/2010 e NBR 10.004/2004, devendo manter em arquivo o registro de movimentação dos mesmos.
8. Proteger a fauna e a flora conforme estabelecido na Lei n. ° 5.197/67;
9. É expressamente proibido o represamento e assoreamento dos corpos d'água existentes na área do empreendimento, devendo a transposição de corpos d'água ser realizada mediante autorização deste OEMA;
10. Paralisar imediatamente a atividade, quando da verificação de vestígios arqueológicos, histórica ou artística na área de influência direta e/ou indireta do empreendimento e comunicar ao IPHAN e ao IPAAM;
11. Transportar substâncias minerais em veículos devidamente cobertos por lona, no horário compreendido entre as 06:00 e as 18:00 horas (de acordo com o disposto na IN/SDS nº. 002/2009);
12. Apresentar semestralmente, relatório de desenvolvimento da atividade de acordo com PCA/PRAD, contendo: Cronograma físico de progresso das principais atividades desenvolvidas, descrição dos resultados alcançados e o estágio de recuperação da área, acompanhado de relatório fotográfico com ART do técnico responsável pela execução;
13. Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias o Título de Lavra expedido pelo ANM.
14. Transportar a substância mineral acompanhada de cópia da L.O.